



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Hugo Motta sobre neutralidade do Republicanos na eleição presidencial: “Decisão mais sensata”

■ Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta analisou a decisão de seu partido, o Republicanos, pela neutralidade nas eleições presidenciais deste ano.

■ Em conversa com a coluna nesta terça-feira (4/8), o parlamentar afirmou:

■ “Foi a decisão mais sensata, diante do posicionamento da larga maioria dos diretórios estaduais. Isso faz com que o partido possa ter flexibilidade e se posicionar de acordo com a realidade local de cada estado. E, também, permite que a gente possa verdadeiramente focar no nosso objetivo principal, que é aumentar a nossa bancada na Câmara e no Senado Federal.”

■ Hugo Motta também antecipou, ao **Correio da Manhã**, as agendas que pretende pautar no Congresso até o final de 2026:

PETRÓLEO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

■ “Nós temos algumas matérias



Hugo Motta (Republicanos) recebeu a equipe do Correio da Manhã em Brasília

que são importantes, que precisam ser tratadas. Temos o projeto que regulamenta o uso de Inteligência Artificial, que deverá ficar para depois das eleições”, disse o presidente da Câmara.

■ “Temos o (projeto de lei complementar) que trata dessa questão dos combustíveis, que a gente pode até votar já na semana que vem. Esse conflito com o Irã está, de certa forma, desequilibrando os preços dos com-

combustíveis aqui. Está diretamente ligado à inflação no país”.

■ O texto em questão autoriza o governo a usar receitas extraordinárias do setor de petróleo para compensar a redução de impostos federais sobre a gasolina e o etanol. A medida prevê que produtores de etanol poderão usar créditos acumulados de PIS e Cofins para quitar outros tributos federais em 2026.

ORÇAMENTO E SEGURANÇA PÚBLICA

■ O presidente da Câmara listou ainda outras duas prioridades:

■ “Nós vamos ter a votação do orçamento [da União para 2027]. Temos também interesse em seguir com a pauta da Segurança Pública, que é uma prioridade. Projetos que possam melhorar essa realidade. Também teremos, com certeza, demandas que chegarão do Poder Executivo até o final do ano”, disse Hugo Motta.

FOTOS: REPRODUÇÃO

Coluna antecipou irritação de Trump uma semana antes de EUA cancelar visto da embaixadora do Brasil

■ Os Estados Unidos anunciaram nesta terça-feira (4/8) o cancelamento do visto da embaixadora do Brasil em Washington, Maria Luiza Viotti. Foi uma resposta à demora do governo Lula em conceder o agrément ao deputado republicano Daniel Perez, indicado por Donald Trump para chefiar a embaixada norte-americana em Brasília.

■ A irritação de Trump foi antecipada pela coluna, que revelou uma semana antes, em 28/7, que Washington já discutia reações.

■ Na reportagem que estampou a capa do **Correio da Manhã**, a coluna mostrou que integrantes da Casa Branca estavam desconfortáveis e consideravam incomum a falta de resposta do Brasil ao pedido de agrément, que é o aceite oficial do Itamaraty para a vinda de um diplomata estrangeiro.

WASHINGTON NÃO AVISOU ITAMARATY

■ Por outro lado, o Itamaraty também ficou incomodado com a condução do processo pelos Estados Unidos. Integrantes da diplomacia brasileira avaliam que Washington rompeu a tradição ao oficializar a indicação de Daniel Perez sem antes submeter seu nome ao governo brasileiro para análise, interlocução que costuma ocorrer entre os dois países, em sigilo, antes de um anúncio oficial.



Coluna antecipou a irritação de Trump com demora do Brasil em conceder aval a Perez

■ Procurado pela coluna na semana passada, o Ministério das Relações Exteriores informou apenas que não comentava “questões sigilosas da Convenção de Viena, agrément entre elas”.

■ Nos bastidores, porém, o episódio já era tratado como um dos principais focos de tensão entre os governos de Lula e Donald Trump.

■ Agora, a coluna antecipa uma nova medida em análise pelo governo dos Estados Unidos: não era só o visto de Viotti que estava no radar. A Casa Branca avalia can-

celar o visto de mais autoridades brasileiras.

ANTECIPAÇÃO II

■ A coluna também antecipou na segunda-feira (3/8) que o Podemos ficaria neutro na eleição presidencial e não apoiaria a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL).

■ Nesta terça-feira, o partido comunicou a decisão pela neutralidade. Em carta, a presidente da sigla, Renata Abreu, disse que a legenda “respeita todas as candidaturas” e a “diversidade de opiniões”.

Janones invoca imunidade parlamentar para tentar barrar ação de Michelle

■ O deputado federal André Janones (Rede) pediu ao STF a rejeição da queixa-crime apresentada pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL). Em manifestação enviada à Corte, a defesa sustenta que as declarações do deputado estão protegidas pela imunidade parlamentar prevista no artigo 53 da Constituição.

■ A ação é relatada pelo ministro Nunes Marques e foi movida por Michelle após Janones afirmar, em um vídeo publicado nas redes sociais em maio deste ano, que ela figuraria entre os beneficiários de recursos supostamente desviados no chamado “Caso Master”. A ex-primeira-dama acusa o deputado dos crimes de calúnia, difamação e injúria, além de pedir indenização mínima de R\$ 20 mil por danos morais.

■ Na resposta preliminar, os advogados de Janones afirmam que o vídeo tratava de um tema de interesse público e estava relacionado ao exercício do mandato parlamentar, razão pela qual a manifestação estaria protegida pela imunidade material.

■ “Trata-se de prerrogativa de caráter institucional destinada a preservar a autonomia e a independência do Poder Legislativo, protegendo o parlamentar contra eventuais constrangimentos ou represálias decorrentes de sua atuação política. Seu propósito é assegurar o pleno e livre exercício do mandato, inclusive no que se refere à formulação de críticas contundentes a agentes públicos e adversários políticos no âmbito do debate democrático”.

■ A defesa também argumenta que Janones não atribuiu à ex-primeira-dama um fato consumado, mas fez uma previsão sobre possíveis desdobramentos de uma investigação que ainda estava em andamento. Além da imunidade parlamentar, o deputado sustenta que não houve dolo específico para ofender Michelle Bolsonaro e que suas declarações se inseriram no contexto do debate político sobre o Caso Master, sem imputação de um fato concreto e determinado.

■ Ao final, a defesa pede que Nunes Marques rejeite liminarmente a queixa-crime por ausência de justa causa. Subsidiariamente, caso esse argumento não seja acolhido, requer a rejeição da ação ou a absolvição de Janones em relação aos crimes de calúnia, difamação e injúria.